

O ACÓRDÃO ASSOCIAÇÃO SINDICAL DE JUIZES PORTUGUESES COMO ANTECÂMARA PARA A INTERVENÇÃO DO TJUE NA CRISE DO ESTADO DE DIREITO NA UNIÃO EUROPEIA

Inês Pereira de Sousa¹

Resumo: A independência judicial desempenha um papel incontestável no respeito pelo Estado de direito, tal como demonstrou à jurisprudência *Associação Sindical de Juizes Portugueses*, que a elevou a obrigação de direito originário, a observar por todos os órgãos jurisdicionais nacionais que possam vir a aplicar ou interpretar o direito da União Europeia, uma vez que, à luz do artigo 19.º, n.º 1, segundo parágrafo, do Tratado da União Europeia, se integram no sistema de vias de recurso nacionais que assegura uma tutela jurisdicional efetiva nos domínios abrangidos pelas normas da União. No atual contexto europeu marcado por reformas aos sistemas judiciais nacionais que têm colocado em causa os princípios da independência dos tribunais e da confiança mútua, tem-se disseminado a ideia de crise do Estado de Direito, que clama uma intervenção europeia. O caso dos juizes portugueses surgiu como uma oportunidade para o Tribunal de Justiça da União Europeia se pronunciar pela defesa da *rule of law*, assumindo-se, desta forma, como uma antecâmara para a sua intervenção a respeito das alterações legislativas em matéria de organização judiciária nacional, que estariam, em princípio, arredadas da sua alçada, e incentivando, assim, a iniciativa da Comissão Europeia, tal como se verificou relativamente à Polónia e como poderá vir a acontecer em casos de idêntica violação da princípio da independência.

Palavras-chave: Estado de direito; União Europeia; reformas do sistema judicial; independência judicial; confiança mútua.

Abstract: Judicial independence plays an indisputable role regarding rule of law, as demonstrated by European Court of Justice in judgment *Associação Sindical de Juizes Portugueses*, which declared it as primary law obligation that needs to be respected by all national courts which may apply or interpret European Union law since, in the light of the second subparagraph of Article 19(1) of the Treaty on European Union, they form part of the system of national remedies to ensure effective judicial protection in the fields covered by EU law. The current European context is highlighted by legislative reforms of national judicial system, which undermine the principles of judicial independence and mutual trust, and raise the rule of law crisis' idea, claiming for an European Union intervention. Therefore, the Portuguese judges' case was an opportunity for the European Court of Justice to protect the rule of law. This case-law emerged as an antechamber for its interventions on national legislation regarding judicial organization, which was an internal matter, and it encourages the European Commission initiative, as occurred recently in the Polish case and could be repeated in similar cases of judicial independence breach.

Keywords: rule of law; European Union; reforms of judicial system; judicial independence; mutual trust.

¹Assistente e Doutoranda na Faculdade de Direito, Investigadora do Centro de Estudos e Investigação em Direito Universidade Católica Portuguesa, Porto. isousa@porto.ucp.pt.